

Epistemologias nos processos formativos de jornalistas no contexto da sociedade em midiatização

Epistemologies in the educational processes of journalists in the context of a society in mediatization

Antonio Fausto Neto

afaustoneto@gmail.com

Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – UNISINOS/RS.

Resumo

Reflete-se sobre a importância de referências epistemológicas nos processos formativos do jornalista. Examina-se como este tema é enunciado em debates internacionais e em documentos que discutem tais processos, como as “Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação” e o parecer do STF que extingue a exigência do diploma universitário como condição do exercício da profissão de jornalista. Enfatiza-se que as formulações epistemológicas pensadas nestes textos não levam em conta o complexo contexto de midiatização crescente. Examina-se ainda a natureza de “epistemologias derivadas” que acentuam a formação de jornalistas vinculada estritamente às lógicas dos meios e outras relacionadas com diversidade de experiências formativas que são ofertadas por nichos empresariais midiáticos. Destaca-se, porém, a importância de processos formativos que levem em conta estruturas curriculares que valorizam a importância de processos de codificação e de observação que estão em sintonia com as mutações que se manifestam na atual ecologia comunicacional.

Palavras-chave: jornalismo, epistemologias, formação.

Abstract

The article reflects about the importance of epistemological references in the educational processes of journalists. It examines how this topic is enunciated at international debates and in documents that discuss these processes, such as the Education Ministry’s “Curricular Guidelines” and the Federal Supreme Court’s decision that extinguishes the requirement of a college degree as a condition to exercise the profession of journalist. The article emphasizes that the epistemological formulations contained in these texts do not take into account the complex context of increasing mediatization. It also examines the nature of “derivative epistemologies” that highlight the training of journalists as strictly linked to the logics of the media and others related to the diversity of educational experiences that are offered by media corporate niches. It highlights, however, the importance of educational processes that take into account curricular structures that value the significance of observation and codification processes that are attuned to the mutations that are manifested in today’s communicational ecology.

Keywords: journalism, epistemologies, education and training.

1. Nota introdutória

Ao longo das duas últimas décadas, o jornalismo se constituiu em objeto de vários tipos de estudos e de debates, cujas angulações ultrapassam tematizações diretamente relacionadas com as fronteiras de suas atividades. Mutações que os processos de midiatização provocam no

ambiente do jornalismo; a identidade dos seus atores; a permeação de suas narratividades por parte de outras discursividades sociais; e os efeitos do deslocamento dos leitores para o âmbito das rotinas de produção retiram as reflexões sobre o jornalismo dos limites de sua “comunidade interpretativa” e as vinculam a novas problemáticas. Uma quantidade significativa destas manifestações já aparece

em literatura internacional chamando atenção de, pelo menos, dois conjuntos de ângulos: de um lado, aquele que envolve aspectos internos das “atividades auto-organizantes” do jornalismo, como a crise do seu modelo estrutural de produção; os efeitos das novas condições de circulação dos discursos sobre as metodologias do trabalho técnico-editorial de construção da noticiabilidade; a autonomia para a geração de suas rotinas; os fundamentos dos processos formativos dos jornalistas, etc. – e, de outro, fatores que apontam para seus vínculos com o tecido social, como por exemplo a repercussão da internet sobre a atividade de mediação dos jornalistas; as relações do sistema produtivo jornalístico com instituições e atores sociais, a partir de uma nova “intercambialidade discursiva” que se tece através de “zona de contato” arquitetada pela ambiência da midiatização; e as transações deste conjunto de fatores sobre o status do acontecimento.

No contexto deste universo de questões nas quais o sistema de produção jornalística e suas relações se enunciam como objeto, destaca-se como angulação central destas reflexões o tema da formação do jornalista no âmbito da sociedade em midiatização. Evidentemente, não se pode ignorar a importância que tem tal problemática como uma questão central para a sociedade, a exemplo do que representam as políticas de formação que envolvem outras profissões (engenharia, direito, medicina, economia, meteorologia, etc.). O debate sobre as formulações de princípios programativos e de estruturações curriculares que envolvem este campo revela preocupações, principalmente – aquelas de caráter auto-organizante – nas próprias fronteiras de instituições jornalísticas, como instâncias empresariais, associativas e tecnoprofissionais, e se estende a outros universos como os que legiferam e/ou administram políticas públicas (sistemas universitário, jurídico e educativo).

Segundo a perspectiva deste artigo, procura-se mostrar que as preocupações e orientações que presidem a discussão sobre os processos formativos dos jornalistas eludem ênfases epistemológicas suscitadas pelo funcionamento da midiatização. Priorizam, particularmente, as vertentes epistemológicas que enfatizam dimensões instrumentais e que se referem especificamente às lógicas e postulados do próprio campo jornalístico. Para tanto, tomam-se como referência alguns subsídios extraídos de dois documentos produzidos no Brasil, na mesma década em que emergiam discussões de caráter internacional sobre a formação do jornalista e o futuro do jornal. Referimo-nos ao parecer aprovado pelo STF em que se revoga a obrigatoriedade do diploma do exercício profissional de jornalista em 2005 e a aprovação das “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo” (2009b), formuladas por uma comissão de especialistas e homologadas pelo Ministério da Educação.

Pretende-se mostrar, a partir dos cenários formulados por estes documentos, que argumentos em torno dos quais se consolidam decisões sobre a proposta curricular e a extinção do diploma se baseiam em postulados que não dialogam com a torrente de questões suscitadas pelas mutações que afetam o jornalismo na ambiência da midiatização. Privilegiam dimensões nas quais o *status* do jornalismo ainda está referido ao contexto da “sociedade dos meios”, como atividade que está centrada em uma epistemologia que reitera a importância de uma mediação fortificada. Para tanto, lembra-se que “assim como outras áreas de conhecimento o jornalismo desempenha papel decisivo informando os cidadãos e formando correntes de opinião pública” (Brasil, 2009b, p. 1). Ao mesmo tempo, priorizam também “epistemologias privadas”, ao deslocar a existência do diploma para o exercício da profissão para processos formativos e de credenciamento dos jornalistas que seriam ministrados pelo sistema empresarial jornalístico. A supressão desta exigência repercute sobre os processos que envolvem o *status* da profissão na medida em que se associa o acesso à profissão a outros processos formativos. Valoriza-se a formação universitária, mas matrizes de outra natureza aparecem, com a sua implementação ficando nas mãos de novos agentes regulatórios.

Os dois documentos desconhecem debates, estudos, teses, pesquisas, etc. sobre as afetações de lógicas da midiatização do jornalismo, seus efeitos sobre a formação dos seus profissionais, além da complexificação das instituições e de suas práticas, com o atravessamento crescente de operações tecnomidiáticas em suas rotinas. Muitas destas referências são contemporâneas destes dois documentos aqui citados e trazem orientações e angulações epistemológicas diversas. Mas convergem com a perspectiva segundo a qual as mudanças que se produzem no ecossistema comunicacional atravessam também o jornalismo como instituição, prática social e objeto de estudo, requerendo novas matrizes de inteligibilidade sobre as mutações que nela se manifestam (Mesquita, 2003; Pavlik, 2005; Cohen e Levy, 2008; Downie e Schudson, 2009; Verón, 2011; Ramonet, 2012).

2. Díade epistemológica: mediação fortificada/ação comunicativa

A concepção sobre a qual se fundam as “Diretrizes Curriculares” enfatiza alguns diagnósticos de cenários do jornalismo, dialogando com princípios auto-organizantes que emanam do mundo profissional, e é voltada para um ideal de uma “ação comunicativa” cuja execução passa pela existência do jornalista, enquanto um “mediador” fortificado. Reúne bases proposicionais que se aproximam mais de um programa de ação do que, propriamente, da edificação de estruturas curriculares.

A arquitetura textual das “Diretrizes” é concebida em torno de um preâmbulo que explica o trabalho de sua elaboração, particularmente dos especialistas que cuidaram de promover o seu engendramento. Organiza-se em torno de três itens estruturais: sua fundamentação e justificativa; a natureza do seu objeto, a especificidade do jornalista; e a proposta estrutural do currículo. No bojo desta articulação, algumas desarticulações apontam sentidos diversos e não convergentes. Os fundamentos e a justificativa “fletam” com o tema da relação entre jornalismo e sociedade, ao mostrar algumas pistas que explicariam tais relações como algo a ver com o que seria caracterizado como uma “realidade nova”. Mas a compreensão do objeto e as razões pelas quais se busca o desenho de um novo projeto curricular são motivadas e explicadas por postulados auto-organizantes na medida em que o jornalismo é, antes de mais nada, uma profissão específica e dotada de uma autonomia. Se é afirmado que a “educação dos jornalistas desafia a sociedade brasileira há mais de um século” (Brasil, 2009b, p. 7), tal constatação é negada na medida em que iniciativas auto-organizantes que se movem a partir de um sistema tecnoburocrático-associativo fazem refluir o jornalismo ao universo insular da profissão. Não é área, habilitação e tampouco campo, assevera a compreensão que as Diretrizes têm do jornalismo. Formulações que o situavam no âmbito de convívio com outras atividades formativas da área da comunicação são recusadas sob a alegação de que o diálogo ou a convivência laboratorial de estruturas de formação jornalísticas com as de outras práticas (publicidade, relações públicas, etc.) seria impossível.

Em tempos nos quais a produção de conhecimentos se faz em torno de agenciamentos de diversas experimentações em termos de referências de saberes e de perfis de especialistas, o jornalismo reitera o lugar de sua especificidade; daí seu regresso ao universo autorreferente. Desta feita, a opção pela especificidade da profissão se articula com a “engenharia” da proposta curricular: seis recomendações gerais que enfatizam a singularidade de um “endocurrículo”; dez elementos estruturais, cuja observância possibilitaria a execução de um projeto pedagógico. Porém, este, enquanto um índice de uma “realidade nova”, fica nos princípios, pois a viabilização de um “fazer em companhia” requer ações e operações multissistêmicas envolvendo áreas, disciplinas, laboratórios, pontos de vista, experiências como condição para que interdisciplinaridade; processos de integração entre teoria e prática; formas de avaliação do ensino/aprendizagem; modos de integração entre graduação e pós-graduação, etc. se efetivem.

Em que medida uma cultura que radicalize os valores de sua especificidade se abriria ao reconhecimento das correferências? Fechando-se mais ainda à “realidade nova” antevista por seus princípios, o projeto pedagógico da formação proposta pelas Diretrizes Curriculares aponta

para dez outros princípios cuja mobilização a conhecimentos diversos se reduz apenas àquelas referências internas à própria estrutura curricular. Não é bastante afirmar que “o egresso do curso é jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva”. Mais que isso, os valores destacados para que se persiga tal formação se voltam para assegurar a fortificação desta mediação específica. Isso é algo que implica focar a especificidade da profissão, com atenção para a prática profissional; aprofundar compromisso com profissão e valores; ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica. São previstas ainda quase duas dezenas de competências que, na prática, correspondem mais a um programa de princípios para ação.

As aspirações curriculares se voltam para a prática de uma espécie de “ação comunicativa”. Para tanto, deslocam-se os meios de um lugar hegemônico, da sua condição de detentores do poder, concebendo-os e inserindo-os em outro desenho interacional, a serviço de “um mundo caracterizado pela capacidade discursiva das organizações e dos cidadãos” (Brasil, 2009b, p. 4). Reitera-se o fortalecimento dos meios, valorizando-se também outras *performances* dos atores sociais, como por exemplo a de se apropriar daqueles, e convertendo-os em mensageiros, a quem são confiadas as “ações, mercados, sistemas, poderes, discussões, interesses, antagonismos e acordos” (Brasil, 2009b, p. 4). O diagnóstico das Diretrizes explica que as fricções do jornalismo com seu mundo externo transformam o seu protagonismo na medida em que o mesmo está associado a uma revolução (a das fontes) produzida de fora para dentro deste campo profissional. Outrora, o processo da noticiabilidade era “inteiramente controlado pelo jornalista [...] trabalhava-se uma noção passiva de atualidade. [Nela] só acontecia o que fosse noticiado pelo jornalista, e sob a sua decisão” (Brasil, 2009b, p. 5). Valoriza-se a natureza do mundo externo ao campo jornalístico, atribuído a uma realidade “moldada no ambiente criado pelas modernas tecnologias de difusão [...] em cujo contexto o todo do processo jornalístico foi profundamente alterado por uma nova relação entre fato e notícias” (Brasil, 2009b, p. 6). O jornalismo fazia, enquanto uma instância de ação, uso da realidade como sua matéria-prima. Mas no novo contexto é transformado em mediador, na medida em que “hoje [...] faz parte da atualidade e a serve como linguagem-interlocutória socialmente eficaz”.

Em decorrência desta alteração no processo relacional, novos princípios são colocados como expectativas que podem vir a cristalizar a *performance* do jornalismo enquanto instituição mediadora na medida em que dele “exige-se – para o cumprimento de um amplo programa de ‘ação comunicativa’ – tanto o domínio das técnicas e artes de narração quanto o domínio da lógica e teorias da argumentação. Exige-se também o manejo competente

das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público, para que os cidadãos possam tomar decisões conscientes e responsáveis” (Brasil, 2009b, p. 6). E também são mencionadas como princípios amplos recomendações que extrapolam diretrizes e tornam visíveis os pressupostos epistemológicos da “ação comunicativa”: “Não é demais acentuar que a nova fisionomia da atualidade coloca ao jornalismo problemas novos e inesperados. Talvez o mais complexo e desafiador resida nos novos papéis que o mundo globalizado e informacional atribui ao jornalismo, em geral, e às redações convencionais, em particular” (Brasil, 2009b, p. 7).

As “Diretrizes” abandonam o território programativo no qual formulam os ecos das injunções societárias e suas dinâmicas relacionais sobre o avanço do jornalismo, suas práticas – e sua vocação mediadora permeada por tais polifonias –, para fazer um regresso ao domínio insular da profissão: a defesa dos efeitos da “sociedade em processo de transformação” sobre o jornalismo, lembrada no preâmbulo das Diretrizes, sucumbe às idealidades de uma visão pragmática e atomizada. Embora a atividade tecnodiscursiva do jornalismo – via “poder saber”, “poder fazer” e “saber poder dizer” – se faça cada vez mais permeada por transações complexas que envolvem múltiplos circuitos e dispositivos, práticas de campos e atores sociais diversos, oferece-se como alternativa uma estrutura formativa que não reconhece a inserção do jornalismo em uma realidade de complexos acoplamentos.

3. Na direção das “epistemologias privadas”

A decisão do STF de cancelar a obrigatoriedade do diploma como condição do exercício da profissão tem efeitos sobre os processos formativos dos jornalistas. Significa a supressão de uma regulação certificatória (o diploma) caucionada por lei. O parecer do STF, ao mesmo tempo em que suprime a obrigatoriedade nos termos até então vigentes, assinala que os processos formativos podem de agora em diante se submeter a encaminhamentos “autorregulatórios”. Compreende-se sob estas ações das empresas de comunicação enquanto principal universo no qual procedimentos formativos poderiam ser experimentados.

Tal reconhecimento implicaria a adoção de “epistemologias privadas” enquanto normas, proposições e pontos de vista que orientariam e implementariam atividades formativas do interesse de suas instâncias promotoras. Consagraria, nestas condições, o reconhecimento dos cursos “de treinamento e de capacitação” que já vêm sendo realizados por empresas jornalísticas. Muitos deles “concorrem” com o mercado universitário, mas se reportam ao referido universo no sentido de sensibilizar seus integrantes para treinamentos dirigidos, conforme o anúncio recém-veiculado pelo jornal ZH: “Estudante de jornalismo,

participe do primeira pauta ZH. A edição 2015 vai selecionar cinco estudantes para uma imersão de cinco dias na redação de ZH. Se você está matriculado entre o 3º e 6º semestre de jornalismo, não deixe de participar: envie seu texto para a primeira fase do concurso, nas próximas etapas, você também poderá mostrar seus talentos com foto ou vídeo. Regulamento e inscrições até 20 de setembro no site zerohora.com/” (Zero Hora, p. 25, 12.9.2015)¹.

O entendimento do STF sobre a noção de “processos autorregulatórios” é restrito ao atribuir, claramente, tal noção ao universo das empresas jornalísticas. Tal ênfase se distancia de iniciativas policêntricas envolvendo outros sistemas (educativo, associativo, etc.), em torno das quais poderiam ser desenvolvidas experimentações que valorizassem um “fazer em companhia” mais amplo do que a atividade auto-organizante apenas das empresas midiáticas. Não obstante o reconhecimento do sistema universitário enquanto instância formadora, a formulação argumentativa do parecer do STF se perfila em torno de uma aparente “diversidade epistemológica” que, na prática, traz problemas. Prevalecem, como alternativas, lógicas e postulados de natureza instrumental, pois os “treinamentos” têm como traço motivacional a realização de uma “imersão interessada”: transformar treinandos em mão de obra de projetos editoriais específicos. Este momento não deixa de pertencer à “genealogia” dos processos de transformação dos amadores em agentes produtivos, algo que se articula também com alguns efeitos dos processos de midiatização sobre as relações do jornalismo com o tecido social.

4. Rumo à epistemologia da circulação

Dizíamos acima que estas duas formulações aqui comentadas não dialogaram com problemáticas que colocam o jornalismo em uma nova ambiência de problemas. Trata-se de complexas interações entre instituições midiáticas, não midiáticas, os atores sociais enquanto fenômenos que ultrapassam os limites dos processos de certificação da competência jornalística, bem como o acesso de seus peritos ao universo das práticas profissionais. São engendrados por uma nova ordem que se caracteriza, dentre outros fatores, pelo controle de operações jornalísticas para além das fronteiras dos seus ambientes. Envolvem fatos que marcam novas relações da mídia jornalística com instituições de diferentes campos sociais. Determinadas

¹ Na mesma perspectiva a *Folha* publica mensagem publicitária anunciando um curso “para universitários”, no qual o fundamento epistemológico se volta para os próprios valores jornalísticos concebidos por esta instituição: “Não é preciso ser formado em jornalismo. O programa é aberto a estudantes universitários e recém-formados em qualquer área”. E prossegue: “Venha aprender jornalismo no maior do país” (*Folha de S. Paulo*, B15, Cotidiano).

operações e ferramentas até então manejadas pelos jornalistas enquanto atores centrais deste processo se estendem para o mundo das fontes e dos leitores. Sinaliza-se a complexificação do funcionamento do sistema jornalístico, cujos impactos apontam para o esmaecimento ou para possíveis reconfigurações da natureza da mediação jornalística. Efeitos destes processos transformam as fontes e leitores em instâncias de coprodução da notícia, convertendo-os em novos personagens deste sistema de “codificação da realidade”. Investigações apontam a existência de um cenário reunindo novas questões que devem ser estudadas, na medida em que indicam os efeitos da midiatização atravessando a organização social contemporânea e deslocando para circuitos todos os saberes que disputam e se enfrentam no território da circulação. Tais efeitos, além de afetar a cultura jornalística, o modo de ser de sua “comunidade interpretativa”, põem em questão a essência da “pedagogia mediadora” do trabalho do jornalista colocando problemas para a sua própria identidade. As novas tarefas de “gestão discursiva” da atualidade vão complexificando o trabalho de enunciação do acontecimento. Mouillaud (2012) lembra que o dispositivo prepara o sentido, segundo atividade que o submete às formas tecnolinguísticas. Porém, quem daria hoje à forma determinada configuração enquanto “modo de existência”? Seria (ainda) o sistema midiático, de um modo autônomo? Ou tal competência se veria agora permeada pela ação de outros atores e narratividades que se ocupariam das operações até então manejadas nas fronteiras do sistema jornalístico, passando a coenunciar o trabalho de gestão do acontecimento?

Estas questões envolvem reflexões e problemas que, não ficando sitiadas nas redações, sugerem agendas e tematizações porque têm a ver com os processos formativos dos jornalistas. Inclusive porque requerem formulações epistemológicas que possam oferecer conhecimentos para orientar a investigação sobre tal complexidade em ascendência nos processos jornalísticos que envolvem a “realidade da construção” (Luhmann, 2000). Pode-se mesmo afirmar que o sistema jornalístico enquanto produtor de realidade se torna um acontecimento na medida em que sua complexidade se oferece para observações e para reflexões de cunho também epistemológico (Fausto Neto, 2009).

Estes fatos permitem afirmar que “a midiatização acelerada das sociedades industriais nos conduz, muito provavelmente, para funcionamentos significantes cada vez mais complexos” (Verón, 2004, p. 67). Contribuem para que a elaboração do discurso jornalístico se faça cada vez mais atravessada por marcas destas processualidades. A midiatização acelerada cria também novas condições de circulação deste discurso segundo nova arquitetura comunicacional em cujos ambientes se manifestam os processos interacionais envolvendo fontes/atores, jornalistas e

leitores, dando origem a uma determinada realidade por nós definida como “zona de contatos”.

A complexificação do trabalho da circulação discursiva que se passa nesta zona repercute sobre o processo da noticiabilidade na medida em que as condições de sua gestão passam por novas lógicas e operações equidistantes das velhas rotinas produtivas. Outrora, a lógica da noticiabilidade se fundava na crença segundo a qual tudo aquilo (fatos) que se adaptava ao postulado definido pelo nicho produtivo jornalístico era publicado (Darnton, 2010). Esta perspectiva midiocêntrica não parece ser mais o foco do processo decisional do sistema jornalístico, seja porque a gestão dos fatos ocorre segundo novos processos que reformulam o tradicional desenho da produção/recepção, seja porque a gestão do acontecimento se submete à gestão de transações cada vez mais complexas, muitas delas externas a este campo. Uma das consequências destas disposições de arquitetura e dos seus processos é a realidade de novos vínculos entre peritos e atores sociais; dizendo de outra forma, a constituição da zona de contato a partir da interação entre sistemas sociais e sistemas socioindividuais (Verón, 2013). Tal zona se articula em torno de acoplamentos que reúnem gramáticas e lógicas destes dois respectivos sistemas cujas interações se dão a partir de interpenetrações respectivas entre suas lógicas. Tal dinâmica constitui e põe em funcionamento, ao mesmo tempo, a “zona de contato”, a qual, desta feita, é operada por múltiplas articulações, e não apenas pela mediação jornalística enquanto um vetor específico.

Os processos produtivos jornalísticos são assim coenunciados por fontes, peritos midiáticos e receptores, em torno de uma dinâmica de acoplamentos cogerados por suas interpenetrações. Pode-se afirmar que uma das principais consequências desta nova paisagem é a diluição da força do perito e da sua atividade mediadora. Operações complexas no âmbito da circulação instituem não só novas formas de interação, mas também a ascensão de novos atores e operações de produção de sentido nos processos de noticiabilidade.

Debates sobre a emergência deste novo cenário interacional em torno da “zona de contato” ocorreram já em 2009, justamente na época em que vieram à tona os documentos do STF e das “Diretrizes”. Cartas trocadas pela imprensa entre Steven Johnson e Paul Starr chamam atenção para as transformações da mediação, com a emergência de novos operadores que iriam construir e fazer circular notícias pela primeira vez no contexto da emergente internet. Os processos de apuração se deslocariam das mãos de jornalistas na medida em que deles cuidariam os amadores segundo métodos observacionais que escapariam ao “regime metodológico” das redações. Os processos de compartilhamento destes resultados seriam não só partilhados, como também deslocariam os próprios leitores para o centro do ofício jornalístico.

Os efeitos desta nova arquitetura são objeto de interrogações. Johnson pergunta qual sociedade parece incluir mais participação cívica: “uma em que o noticiário é controlado por uma pequena minoria e onde as interações cívicas das pessoas acontecem como leitura feita a caminho da seção de esportes? Ou uma em que milhares de pessoas comuns participam ativamente na criação do próprio noticiário?”. A indagação gera réplica de Paul, que pondera: “Engajar o público requer que se identifiquem os acontecimentos e se aponte seu sentido, e não apenas que se reproduzam informações (e desinformações) ‘isoladas’, algo que somente pode ser assegurado pela instância de mediação”. Tais habilidades, de cunho tradicional, são reconhecidas, mas Johnson contra-argumenta: “Para as questões macro [são válidas], mas no nível hiperlocal, os verdadeiros especialistas são as pessoas na rua”. Não há consenso sobre tais reflexões. Para Starr, o “novo ambiente da mídia provavelmente levará a um abismo maior entre a minoria que se interessa intensamente pela vida pública e o número consideravelmente maior de pessoas que se afasta por completo da esfera pública, informando-se pouco sobre política e importando-se menos com ela. Este é um problema antigo que retornou sob forma nova” (Mídias em guerra, 2009)².

Há, sem dúvida, uma nova forma de organização social, estimulada por uma ordem tecnodiscursiva de caráter midiático e que gera irremediavelmente atividade de circulação e de circuitos entre práticas sociais, cujos processos interacionais se organizam em torno de novas lógicas relacionais. Tal conformidade parece excluir – ou diluir – fronteiras. Mas persistem, nestes contextos interacionais, as lógicas e gramáticas, em suas singularidades, dos atores situados em diferentes sistemas – sociais e socioindividuais. Tal dinâmica trata de reuni-los nestas zonas de pregnâncias cujas operações de sentidos tomam cada vez mais como referência possibilidades de interações que se tecem a partir de complexidades tecnodiscursivas. Pergunta-se acerca da repercussão desta nova ambiência sobre o jornalismo como atividade de produção de sentido. Particularmente, sobre os processos formativos dos seus agentes.

5. Conclusões

Enfatizamos as operações de midiatização sobre a natureza e estrutura do trabalho enunciativo do jornalismo, de natureza mediadora. Os modos com que fontes e leitores interagem mudam substancialmente, pois o processo relacional que envolve transações do sistema jornalístico com fontes e seus leitores passa a depender cada vez mais

de elementos que transformam as condições observacionais e codificadores do jornalismo sobre realidades. Convicções e regras que sustentam a atividade mediacional que se realiza neste sistema se mesclam com enunciações heterogêneas bem como com as dinâmicas interpenetrantes dos sistemas em acoplamentos.

Tais mutações afetam também um dos aspectos centrais que dizem respeito à autonomia do jornalístico e que se referem à natureza do seu “lugar de fala”. Sem perder totalmente a característica de seu trabalho enunciativo – o de produzir discursivamente a vida das instituições e dos atores – devemos admitir, entretanto, que tais novos processos de interpenetração, reunindo fontes/jornalista/leitor nas novas condições acima descritas reformulam a concepção da autonomia sobre a qual a prática jornalística edifica seu *ethos*. Tal autonomia não é mais só afetada por antigos constrangimentos que balizavam as relações do jornalismo com as instituições e os atores sociais, mas também pelos efeitos dos processos de midiatização que produzem novas disposições relacionais entre eles.

Outrora, o exercício da autonomia jornalística se apresentava com outros problemas que não punham em causa a natureza da “pedagogia mediadora” de seus peritos. Desta feita, utilizando uma terminologia luhmanniana, o sistema jornalístico é irritado, de um modo inteiramente distinto, por fontes e leitores, com os mesmos estabelecendo relações de conflito e de cooperação. Tais instâncias, uma vez situadas na ambiência da midiatização e nos seus “microambientes”, como a “zona de contato”, constituem-se a partir de certos processos relacionais nos quais uma multiplicidade de atores são gestores, segundo diferentes lógicas, de uma nova “liturgia da noticiabilidade”. Quando dizemos que a autonomia sofre reformulações, referimo-nos, portanto, às novas configurações às quais é submetido o trabalho enunciativo do sistema jornalístico enquanto “fala intermediária”. Essa referência incide também sobre os requisitos que envolvem seus processos formativos.

Preocupadas com estas questões, vozes de distintos pontos de vista apresentam concepções acerca da repercussão destas conjunturas sobre a formação jornalística. De um lado, acreditam na revitalização do trabalho da mediação mediante o aprendizado voltado para as ferramentas emergentes. Neste caso, o jornalista terá que dar importância a esta questão, pois “o processo de reconhecer a validade dos conteúdos será essencial num entorno informativo digital, donde praticamente qualquer um poderá publicar e onde os conteúdos se fabricam e se manipulam com facilidade. O impacto (da internet) sobre o jornalismo exige a necessidade cada vez maior de jornalistas que possam ordenar toda esta avalanche de informação e que lhe deem importância técnica da edição” (Pavlik, 2005, p. 337). Este ponto de vista repõe em discussão a importância que tem a atividade mediadora, especialmente os ele-

2 O debate está disponível na íntegra no site da FSP: < <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2009/05/551660-leia-a-integra-do-debate-entre-steven-johnson-e-paul-starr.shtml>>.

mentos técnico-analíticos que definiriam daqui em diante os equipamentos de sua atividade.

Mas, de um modo um tanto diferente, estas visões que restaurariam o lugar da mediação jornalística entendem que, “apesar do efeito desestruturador que a Internet poderá exercer sobre as profissões da comunicação, não parece razoável prever, a médio prazo, o desaparecimento da profissão de jornalista, mesmo que o ‘suporte de papel’ e o jornal, tal qual o conhecemos desde o século XVII, venha a cair em desuso. Não é tarefa fácil prever o que será a evolução das profissões das mídias no século XXI, mas parece favorável admitir que continuarão a desempenhar um papel caracterizado pela centralidade. [...] A relevância social destes profissionais do simbólico nas sociedades contemporâneas é irrecusável [...]” (Mesquita, 2003). Esta perspectiva valoriza a especificidade do trabalho do jornalista, no caso a pertinência da natureza do simbólico.

De alguma forma, esta perspectiva se associa ao “leque epistemológico” que aponta outros cenários valorizando a importância de processos observacionais que iriam além dos *habitus* das redações, e dos quais resultariam proposições que enunciem crenças de algo mais para além da unidade e da especificidade formuladas pelas “Diretrizes”, por exemplo. Adota-se a perspectiva de uma dimensão relacional que leve em conta estruturas mais complexas e que, portanto, estariam a exigir dos processos formativos o ensino e a reflexão sobre outros processos observacionais.

Situar o trabalho do jornalista nesta perspectiva implica reconhecer a necessidade de um processo formativo que vá além de uma “simbólica interessada”, aquela confiada ao jornalista no sentido de investi-lo na condição de “elo de contato” que colhe e enuncia impressões sobre o mundo, a partir de regras privadas de um determinado sistema de codificação da realidade. Este poderia reunir tanto o “manual de redação” como outras instruções que lhe são transmitidas no cotidiano das rotinas redacionais. As afetações da midiática também se manifestam sobre as matrizes formativas dos jornalistas, e os efeitos que podem ter sobre seus aprendizados dependem largamente de outras operações pelas quais se deva alargar o trabalho mediacional, efetuando outros tipos de relação com o mundo externo no sentido de conhecer práticas, experimentações, em suma uma outra simbólica que leve o jornalista para além da sua condição de “guardião do contato”...

Indica-se que um dos efeitos da midiática e da circulação sobre o campo, práticas e processos formativos que envolvem jornalistas está gerando a desinstitucionalização da profissão na medida em que redações encolhem, mas novos contingentes afloram oferecendo novas formas de trabalho, como o avanço do *freelancer*, algo que estreitaria o ofício da mediação, no sentido formal. Tal realidade poderá ser lida como um traço de amplia-

ção das condições de autonomia do trabalho jornalístico, que neste caso se faria cada vez menos por uma comunidade específica de profissionais, segundo contrato de trabalho, e cada vez mais por pessoas dotadas de outros leques de protocolos menos vinculados aos regimes profissionais. Resultaria que esta alteração estrutural na organização mediacional reivindicaria ou estaria ensejando possibilidades de novos processos formativos. Necessariamente, não apenas os de origem universitária, mas também tantos outros oriundos de diferentes protocolos de treinamento, etc.

Neste caso se pensaria a transformação da mediação em um outro plano, no contexto desta nova ecologia comunicacional. Ela seria agente de contato de um novo mercado discursivo que se estruturaria segundo novas dinâmicas, como, por exemplo, constituindo-se menos de públicos e mais de individualidades? Seriam, neste caso, pessoas que se vinculariam aos meios de comunicação segundo diversidade de operações para além de tradicionais hábitos capturados por pesquisas.

Sendo assim, as noções de objetividade e de autonomia deste sistema se transformam por várias razões, na medida em que “o jornalismo digital tende a tornar mais visíveis os pontos de vista a partir dos quais se constrói a informação” (Verón, 2011, p. 127). Estas mutações não tiram de cena a necessidade que têm as pessoas de contar com o apoio do “amparo informativo” de dispositivos que cuidariam de produzir referências como orientação, ajudando-lhes, na condição mediadora, a compreender e a dar sentidos às coisas. Mas o maior desafio reside em como formular seus novos “contratos” e em quais seriam os dispositivos que cuidariam de se apresentar na condição de novas formas de “amparo informativo”. Como se colocariam em contato com esta imensidão de coletivos – instituições e atores sociais/leitores que cada vez mais são convertidas em indivíduos? E como seriam desenhadas estratégias formativas que levassem em conta esta nova realidade que retira o jornalista do ambiente da mediação para situá-lo na circulação que leva adiante os processos de midiática?

Referências

- BRASIL. 2009a. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 511.961*. Recorrente: Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo – Sertesp. Relator: Ministro Gilmar Mendes. São Paulo, 17 jun. 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 28 set. 2015.
- BRASIL. 2009b. Ministério da Educação. *Portaria nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

- CHARRON, Jean. 1998. Los medios y las fuentes. In: Gilles GAUTHIER, André GOSSELIN, Jean MOUCHOM (orgs.), *Comunicación y política*. Barcelona, Gedisa, p. 72-94.
- COHEN, Phipippe; LÉVY, Élisabeth. *Notre métier a mal tourné*. Paris, Mille et Une Nuits, 2008.
- CONSEIL FRANCO-BRITANNIQUE. 2009. Colóquio La revolution des medias: libération ou crise de l'information?, 2009, Paris. Disponível em: <<http://www.conseilfrancobritannique.info/ressource/la-revolution-des-medias-liberation-ou-crise-de-linformation/>>. Acesso em: 28 set. 2015.
- DARNTON, Robert. 2010. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia de Bolso.
- DOWNIE, Leonard; SCHUDSON, Michael. 2009. The reconstruction of American journalism. *Columbia Journalism Review*, p. 1-98, out. Disponível em: <http://www.journalism.columbia.edu/system/documents/1/original/Reconstruction_of_Journalism.pdf>. Acesso em: 06 set. 2015.
- FAUSTO NETO, Antonio. 2006. Mutações nos discursos jornalísticos: da 'construção da realidade' à 'realidade da construção'. In: Ângela FELIPPI, Demétrio de A. SOSTER, Fabiana PICCININ, *Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, p. 46-63.
- FAUSTO NETO, Antonio. 2008. Ombudsman: a interrupção de uma fala transversal. In *Texto*, Porto Alegre, 2(19):47-62, jul./dez.
- FAUSTO NETO, Antonio. 2009. Jornalismo: sensibilidade e complexidade. *Galáxia*, São Paulo, 18:17-30, dez.
- FAUSTO NETO, Antonio. Epistemologia do zigue-zague. In: Jairo FERREIRA, Luiz Antonio Signates FREITAS, Francisco José Paliello PIMENTA (eds.), *Estudos de comunicação: transversalidades epistemológicas*. São Leopoldo, RS, Ed. Unisinos, 2010, p. 79-100.
- FAUSTO NETO, Antonio. 2015a. Jornalismo: do chão da fábrica aos novos processos de redesenho da profissão na sociedade em vias de midiatização. *Âncora*, João Pessoa, 2(2)(1):170-187, jan.-jun.
- FAUSTO NETO, Antonio. 2015b. Jornalismo e transformação social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL JORNALISMO E TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS, 1., 2015, Fortaleza, no prelo.
- FAUSTO NETO, Antonio. 2015c. Conhecer em companhia: trajetos de formação de futuros pesquisadores. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFAL, 25., 2015, Alagoas, no prelo.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, Grupo Folha, ano 95, n. 31588, set. 2015.
- KEEN, Andrew. 2009. *O culto do amador: como blogs, MySpace, Youtube, e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- LEIA a íntegra do debate entre Steven Johnson e Paul Starr. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 maio 2009. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2009/05/551660-leia-a-integra-do-debate-entre-steven-johnson-e-paul-starr.shtml>>.
- LÓPEZ, Guadalupe. 2012. *Facebook es el mensaje: oralidad, escritura y después*. Buenos Aires, La Crujía.
- LUHMANN, Niklas; DE GEORGI, Raffaele. 1993. *Teoría de la sociedad*. México, Doble Luna.
- LUHMANN, Niklas. 2000. *La realidad de los medios de masas*. Rubi; México, Anthropos Editorial; Universidad Iberoamericana.
- MESQUITA, Mário. 2003. *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra, Edições Minerva Coimbra.
- MÍDIAS em guerra. 2009. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 maio 2009. Caderno Mais.
- MORIN, Edgar. 2013. *Como viver em tempo de crise?* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- MORIN, Edgar. 2015. *Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação*. Porto Alegre, Sulina.
- MOULLIAUD, Maurice. 2012. *O jornal: da forma ao sentido*. 3ª ed. rev. ampl., Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- PAVLIK, John V. 2005. *El periodismo y los nuevos medios de comunicación*. Barcelona, Paidós.
- PISANI, Francis; PIOTET, Dominique. 2008. *Comment le web change le monde: l'alchimie des multitudes*. Paris, Pearson-Village Mondial.
- QUIROGA, Tiago. 2013. *Pensando a episteme comunicacional*. 2ª ed., Campina Grande, Eduerp.
- RAMONET, Ignacio. 2012. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias*. São Paulo, Publisher Brasil.
- RAPHAËL, Benoit. 2010. Demain, tous journalistes?. Paris, julho. Disponível em: <<http://benoit-raphael.blogspot.com>>. Acesso em: 28 set. 2015. Blog: Demain, tous journalistes?.
- ROITBERG, Gastón; PICCATO, Franco (orgs.). 2015. *Periodismo disruptivo: dilemas y estrategias para la innovación*. Buenos Aires, La Crujía.
- SERRES, Michel. 2013. *Polegarzinha*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- VERÓN, Eliseo. 2011. *Papeles en el tiempo*. Buenos Aires, Paidós.
- VERÓN, Eliseo. 2013. *Semiosis social 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires, Paidós.
- VERÓN, Eliseo. 2004. *Fragments de um tecido*. São Leopoldo, Editora Unisinos.
- ZERO HORA. Porto Alegre, Grupo RBS, ano 52, n. 18231, set. 2015.

Submetido: 30.07.2015

Aceito: 25.11.2015